

1 **ATA DA 04ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE**  
2 **SAÚDE DA 5ª REGIÃO DE SAÚDE DO PARANÁ – CIS5ªRS.**

3 Aos 09 (nove) dias do mês de abril de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 9:00 (nove) horas  
4 reuniram-se nas dependências da sede Administrativa do CIS5ªRS, localizado na Rua  
5 Professora Leonidia, 1203 - centro - município de Guarapuava, Estado do Paraná e de forma  
6 híbrida via Google Meet na presença de Robério José Pupo Meira, Membro do Conselho  
7 Consultivo; Valdecir Valick, Vice – coordenador do Conselho Consultivo; Vilma Nolla,  
8 Secretária do Conselho Consultivo e os demais presencialmente, conforme lista de presença,  
9 para, em atendimento à convocação realizada pela Coordenadora do Conselho Consultivo,  
10 Chayane Andrade Ceroní, através do Boletim Oficial do Município de Guarapuava nº 2846 com  
11 veiculação datada em 05/04/2024, deliberar e decidir acerca dos seguintes pontos: I –  
12 Pacientes multirresistência / Referência Dra. Iara; II – Residência Terapêutica; III – Valor de  
13 Consulta Neuropediatria/Neurologia/Reumatologia; IV - Central de Telemedicina; V - Mutirão  
14 CEO; VI - Móveis e Equipamentos/Lista para doação aos Municípios; VII - Cota CAPS/Per  
15 Capta/Por Atendimento/Por paciente; VIII - Cirurgias Catarata/Pterígio; IX - Infectologia/SAE;  
16 X - Assuntos Geral. A reunião teve início com a fala da Diretora Executiva do Consórcio, Maria  
17 José Mandu Ribeiro Ribas, que deu boas vindas a todos e iniciou com a abordagem do tópico  
18 I - Pacientes Multirresistência, a qual informou que atualmente o AME conta com os  
19 atendimentos da Dra. Iara, profissional referência nos casos de multirresistência devido à sua  
20 experiência e expertise na área, motivo pelo qual seria ideal que os pacientes fossem  
21 encaminhados somente para ela visando a uma melhor adequação de suas necessidades. O  
22 município de Guarapuava, representado por Janaina Staben, Diretora de Regulação, informou  
23 que devido à fila de espera ser única não é possível agendar da referida forma para o  
24 município de Guarapuava. Em relação aos demais municípios, usuários do programa Mais  
25 Saúde, o Conselho Consultivo manifestou-se favoravelmente a expedição de ofício aos entes  
26 consorciados, questionando sobre a possibilidade de agendar diretamente com a profissional  
27 citada nos casos de multirresistência, como a hanseníase (*Mycobacterium leprae*), e nos  
28 demais casos agenda geral para os outros profissionais especializados credenciados. No que  
29 concerne ao tópico II – Residência Terapêutica, a Secretária do Conselho Consultivo, Vilma  
30 Nolla, relatou a recorrente exigência do Ministério Público relativa à prestação deste serviço,  
31 a palavra passou à Maria José Madu Ribeiro Ribas, que falou sobre todos os critérios  
32 existentes para esses atendimentos de acordo com a resposta recebida da Secretaria de  
33 Saúde do Paraná (SESA), a mesma informou que é possível a criação e habilitação da  
34 Residência Terapêutica junto ao Estado apenas para casos egressos de clínica  
35 psiquiátrica/manicômio. O membro do Conselho Consultivo e Secretário de Saúde de Turvo,  
36 Robério José Pupo Meira, reforçou a necessidade do serviço regional para atendimento das  
37 demandas, uma vez que, é praticamente inviável manter pacientes em residências distantes  
38 devido aos custos pertinentes às internações. A Diretora Executiva sugeriu o levantamento da  
39 demanda em todos os municípios via ofício, para posterior encaminhamento de solicitação

40 ao Estado. Na sequência o Diretor Técnico, Rafael Vieira Federle, trouxe os dados referente  
41 ao estudo financeiro para credenciamento de consultas presenciais especializadas em  
42 neuropediatria. O valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) orçado pela profissional Dra.  
43 Silvia Mara de Souza Halick, fora previamente aprovado, no entanto, a profissional de  
44 imediato alerta pouca disponibilidade de agenda. Diante do exposto e da alta demanda,  
45 principalmente no município de Prudentópolis, a pauta será deliberada novamente na  
46 Assembleia de Prefeitos, após consulta em outros Consórcios e apresentação de, no mínimo,  
47 mais dois orçamentos. Dando prosseguimento à reunião, Maria José Mandu Ribeiro Ribas  
48 abordou as dificuldades que o Consórcio vem enfrentando para a implantação da Central de  
49 Telemedicina, tanto acerca do espaço físico quanto da equipe Técnica necessária. Ressaltou  
50 a importância do serviço, visto que tal tecnologia deve ampliar o número de consultas em  
51 diversas especialidades que apresentam alta demanda e que, já existem prestadores  
52 credenciados para atendimento na referida modalidade. Seguida a discussão dos custos de  
53 um profissional técnico de enfermagem e limitação imposta quanto ao número de  
54 estagiários ficou legitimada a viabilidade financeiro operacional e aprovada a implantação da  
55 Central de Telemedicina com previsão de início da prestação do serviço no mês de maio do  
56 ano corrente. Em resposta à solicitação do município de Cantagalo a discussão voltou-se ao  
57 tópico V da pauta, Maria José Mandu Ribeiro Ribas e Rafael Vieira Federle trataram da  
58 possibilidade de realização de um Mutirão para atendimentos odontológicos na especialidade  
59 de Endodontia, mutirão este que será estendido a todos os municípios que manifestar  
60 interesse. O Conselho Consultivo preferiu discutir novamente o assunto na Assembléia de  
61 Prefeitos, ocasião em que serão abordados todos os custos correlatos considerada a demanda  
62 real informada pelos entes consorciados. Em relação ao tema Móveis e Equipamentos/Lista  
63 para doação aos Municípios, Maria José Mandu Ribeiro Ribas falou sobre a necessidade da  
64 devida destinação dos móveis e equipamentos oriundos do CIS Centro Oeste e CISGAP, após  
65 manifestação de interesse por parte dos municípios de Turvo e Goioxim, as imagens dos bens  
66 disponíveis foram apresentadas e enviadas via aplicativo WhatsApp, a Diretora Executiva do  
67 Consórcio estipulou prazo para manifestação de interesse até dia 12/04, definindo como  
68 critério de desempate, em caso de item único, o município que manifestar interesse primeiro  
69 e ainda, a doação dos bens remanescentes à instituições de caridade, tal como albergue. Para  
70 discorrer sobre o tópico VII – Cota CAPS, o Diretor Financeiro, Arthur Felipe Kettel, apresentou  
71 o levantamento de custos do serviço a fim de estabelecer a cota de rateio necessário para  
72 custear o valor deficitário em relação aos repasses do Estado, durante a apresentação a  
73 Coordenadora do Conselho Consultivo, Chayane Andrade Ceroni, questionou o porquê da  
74 obrigação não abranger todos os municípios que utilizam o serviço, momento em que a  
75 Assessora Jurídica, Dayana Talyta Cazella, esclareceu que fora deliberado e aprovado pela  
76 maioria dos presentes na última Assembleia Geral de Prefeitos realizada, a cota diferenciada  
77 nesse formato. Após análise dos três critérios propostos: per capita, por atendimento e por  
78 paciente, observou-se a variável per capita a mais adequada e praticável, permanecendo  
79 ainda pendente de ratificação na Assembleia de Prefeitos. Na sequência, o tópico VIII -

80 Cirurgias de Catarata/Pterígio não pôde ser deliberado devido à insuficiência de informações  
81 e esclarecimentos por parte da SESA quanto à criação de nova fila de espera, motivo que levou  
82 à concordância de todos os presentes em aguardar para discussão futura a fim de evitar  
83 equívocos e prejuízos aos pacientes que aguardam em seus respectivos municípios. Quanto  
84 ao tópico IX da pauta, foi levantada por Maria José Mandu Ribeiro Ribas a possibilidade de 01  
85 (um) profissional credenciado na especialidade de Infectologia, atender no Serviço de  
86 Assistência Especializada (SAE) de Guarapuava, para atendimentos via Telemedicina,  
87 emanando o Conselho Consultivo deliberação favorável, tendo em vista que o SAE apesar de  
88 ser de Guarapuava, é referencia aos 20 (vinte) municípios da 5ª Regional de Saúde,  
89 ressaltando-se a continuidade de atendimentos nos casos de HIV no SAE por motivos de sigilo.  
90 Na sequência, Jeferson Lachowski, Gerente de Unidade de Saúde de Serviço de Atendimento  
91 Móvel de Urgência e Emergência (SAMU) informou a todos sobre a situação da frota de  
92 veículos, trouxe as dificuldades que o serviço enfrenta devido á necessidade de manutenção  
93 e também de aquisição de novas ambulâncias. Orçamentos foram apresentados pelo gestor  
94 referentes à troca de motor de um veículo ALFA da unidade base de Laranjeiras do Sul,  
95 informou ainda que para tal orçamento houve serviço de retirada, montagem e desmontagem  
96 de peças no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais) realizado pela empresa Formec  
97 Serviços Mecânicos Eireli, e que, independente da decisão do Conselho, este valor deverá ser  
98 pago. Diante do exposto, alternativas como troca do motor/aquisição de veículo  
99 novo/locação de veículos foram propostas. Robério José Pupo Meira se posicionou à favor da  
100 locação de veículos sob justificativa da importância do serviço e do processo de terceirização  
101 em curso, reforçou ainda a viabilidade econômica e temporal da proposição. Após  
102 deliberação, houve a concordância com os argumentos citados, definindo-se por iniciar-se um  
103 estudo técnico/financeiro para locação de veículos. Por fim, Maria José Mandu Ribeiro Ribas  
104 juntamente com o Diretor Administrativo, Pedro Henrique Fonseca, falou sobre a necessidade  
105 de atualização salarial dos cargos em comissão, que contempla diretorias, gestão, e chefia de  
106 divisão. Pedro Henrique Fonseca expôs o cenário atual quanto aos vencimentos dos aludidos  
107 cargos bem como os novos valores sugeridos utilizando como parâmetro os valores praticados  
108 em Instituições análogas. Após apresentação do estudo de impacto financeiro e orçamentário  
109 apontamentos foram feitos por Marcelo Hohl Mazurechen, o membro do Conselho Consultivo  
110 falou sobre a necessidade de aprovação nas câmaras dos entes consorciados, a possível  
111 alteração das provisões financeiro/orçamentária em cada um dos municípios, além do fato de  
112 estarmos em ano político, momento em que Chayane Andrade Ceroni ressaltou a prioridade  
113 de finalização dos planejamentos da atual gestão. A palavra passou para Dayana Talyta  
114 Cazella, a qual, em observação aos princípios da equidade e razoabilidade, recomendou a  
115 inclusão dos cargos de Assessoria Jurídica e Contábil aos estudos de revisão dos vencimentos  
116 e detalhou os trâmites legais pertinentes a alteração proposta. O Conselho Consultivo sugeriu  
117 envio da proposta via aplicativo de WhatsApp para conhecimento de todos e discussão em  
118 momento oportuno, mostrando-se conveniente à prática dos novos valores no ano de 2025.  
119 Encerrada a reunião com a lavratura da presente Ata, por mim, Agente Administrativa do



120 CIS5ªRS, a qual fora dispensada para leitura, acordado o envio pelo aplicativo WhatsApp, para  
121 aprovação de todos e posteriormente assinada pela Coordenadora do Conselho e por mim,  
122 Nádía Bini.

123

124

125

126

127

128

CHAYANE ANDRADE CERONÍ  
Coordenadora do Conselho Consultivo

129

130

131

132

133

134

135

NADIA BINI  
Agente Administrativa do CIS5ªRS

136

